

# A CAMINHO DA EURÁBIA? ISLAMISMO E MULTICULTURALISMO NO ESPAÇO EUROPEU

João Pedro Vieira

## UMA SIMBIOSE IDEOLÓGICA INESPERADA

A presente publicação, peculiar pela sua temática na literatura académica portuguesa, surge na sequência de um prolongado percurso de investigação do autor sobretudo marcado, em época mais recente e no que concerne à presente obra, por estudos relacionados com a história e a política turca. Para o tratamento da temática das sinergias ideológicas entre islamismo e multiculturalismo no seio das sociedades europeias, o autor, doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do Minho e professor-coordenador do IS CET, beneficia igualmente de um relevante capital intelectual ligado à teoria das Relações Internacionais e da Economia Política, o qual mobiliza activamente na obra aqui apreciada.

O corpo do trabalho, de estrutura sólida, clara e fluida, está dividido em cinco capítulos, a que se juntam por mais de oitenta páginas, após a conclusão, doze diversos anexos. O islamismo, um dos eixos temáticos da obra, é aqui trazido na perspectiva particular da ciência política, o que, ressaltando – no que ao autor directamente interessava – a dimensão essencialmente política do fenómeno, não deve fazer olvi-

dar outras perspectivas, dada a profunda intersecção entre religião e política nele operada. De qualquer modo, o islamismo deve ser prioritariamente entendido como ideologia política e não como simples matéria de cultura e religião, conforme advoga o autor.

## AVALIANDO DESAFIOS E RISCOS IDEOLÓGICOS E SOCIOPOLÍTICOS

A introdução da obra coloca o leitor em contacto imediato com o enquadramento genérico do estudo. Aí se apresentam

JOSÉ PEDRO TEIXEIRA  
FERNANDES

**Islamismo e  
Multiculturalismo.  
As Ideologias após  
o Fim da História**

Coimbra,  
Almedina,  
2006, 343 páginas



sucintamente os seus pressupostos, metodologia e hipótese geral a demonstrar, assim como a organização do trabalho. O autor considera que a transformação recente de estruturas geopolíticas mundiais cria condições para rever a tese da hegemonia global indisputada da democracia capitalista liberal. Essa tese, porém, assenta numa visão redutora e eurocêntrica do fenómeno político à escala global, dificilmente capaz de identificar «formas de competição ideológica» (p. 8) emergentes, nomeadamente o islamismo e o multiculturalismo.

Isso porque o eixo do conflito ideológico se tem vindo a deslocar do campo da economia política para o campo da cultura, no âmbito de um processo de reconfiguração e reestruturação política e ideológica, quer nas sociedades ocidentais, quer no plano internacional; duplo espaço esse em que o islamismo, na sua complexidade e heterogeneidade, goza de um «significativo potencial de expansão» (p. 11).

O primeiro capítulo do estudo, intitulado «O islamismo como ideologia não ocidental de ambição universalista», começa por tratar da genealogia do termo «islamismo», delimitando por empréstimo o seu conteúdo: o islamismo é um «amplo movimento que abrange todos os que procuram islamizar o ambiente onde se encontram» (p. 27). A «tradição holística do Islão» (p. 26), o seu carácter totalizante, assim como o seu típico militantismo – com assíduo recurso a práticas de dissimulação –, criam uma considerável ameaça securitária e sociológica nas sociedades ocidentais, razão prática pela qual é fundamental distinguir o Islão do islamismo,

este último com «objectivos explícitos ou implícitos de conquista do poder» (p. 28): objecto obrigatório, portanto, de crítica e discussão nos espaços públicos ocidentais.

Passados os pontos iniciais, são enunciadas as três principais variantes do islamismo – radical, «capitalista», «multiculturalista» – e avançada a sua contextualização e caracterização. As correntes «capitalista» e «multiculturalista» recebem maior destaque, porquanto aparentam concentrar maior potencial expansivo e destabilizador entre as populações muçulmanas situadas no seio das sociedades ocidentais e acarretar uma ameaça securitária latente. Em ambos os casos, ocorrem fenómenos de apropriação e transformação de produtos de uma «civilização» ocidental em vectores privilegiados de proliferação ideológica do islamismo.

Enquanto o islamismo radical preconiza o modelo da teodemocracia e do Estado islâmico (teocrático) regido pela *sharī'a*, praticando necessariamente uma fusão entre o religioso e o político, o modelo dito «capitalista» adopta estratégias sub-reptícias de implementação do seu programa ideológico, afastando-se pontualmente de reivindicações radicais e posições intransigentes, e suscitando, em suma, uma síntese pragmática entre capitalismo e islamismo orientada para a reislamização do todo sociopolítico. Já a corrente «multiculturalista» apresenta-se como produto específico da interacção entre sociedades ocidentais e grupos muçulmanos imigrados; a sua actuação é moderada ou até progressista e os seus líderes tendem a monopolizar a representação mediática e

institucional das populações muçulmanas imigrantes. Para o autor, o seu objectivo geral será a islamização do sistema educativo e dos estilos de vida, num investimento a longo prazo em países como a Grã-Bretanha, a Holanda ou a Alemanha. O segundo capítulo trata da «conexão cultural» entre os movimentos islamitas, a diáspora muçulmana na Europa e as populações muçulmanas autóctones dos Balcãs. Adoptando a noção de «muçulmano sociológico» – porventura excessivamente abrangente – e expondo as diversas limitações à formação de uma percepção fiável da expressão demográfica das populações muçulmanas balcânicas, o autor apresenta as respectivas estimativas e leituras ideológicas antagónicas subjacentes – entre a defesa e a diabolização do Islão –, as quais explicam a preferência de cifras maximalistas ou minimalistas. De seguida, é desmontada a expressão operativa «comunidade muçulmana», demonstrado o seu carácter redutor e desenvolvidos estudos de caso sobre as realidades britânica, francesa, holandesa, germânica e balcânica. Torna-se assim patente a heterogeneidade étnica, linguística e mesmo religiosa das populações muçulmanas imigrantes e as modalidades e dificuldades de relacionamento entre essas populações e os estados europeus.

O multiculturalismo é o núcleo temático polarizador do terceiro capítulo. À semelhança do anteriormente efectuado com o conceito de islamismo, o autor desenvolve agora considerações sobre a genealogia do conceito de multiculturalismo, «produto cultural estreitamente associado ao universo cultural anglo-saxónico» (p. 122).

Este novo complexo ideológico ocidental entronca na necessidade ou exigência de reconhecimento associada à defesa das minorias, da sua identidade e autonomia. Depois de percorridos os fundamentos ideológicos do multiculturalismo, o autor delimita e trata dois modelos de «espaço multicultural», ambos eminentemente políticos: o liberal/cidadania diferenciada (modelo liberal multicultural da tipologia de Andrea Semprini) e o marxista-cultural/pós-moderno (multicultural «maximalista»). Apesar da sua heterogeneidade global, da concorrência de substanciais variações ou divergências de sensibilidades, ambas as correntes convergem na ideia da obsolescência do modelo político liberal clássico.

A denúncia da opressão das minorias, do racismo, do imperialismo político ou cultural, constitui factor de aproximação entre os discursos ideológicos islamita e multiculturalista marxista-cultural. As similitudes ideológicas permitem, no limite, o desenvolvimento de bloqueios intelectuais que desembocam num «desarmamento intelectual» (p. 161) face ao islamismo no geral, fenómeno assaz flagrante no multiculturalismo denominado marxista-cultural. Trata-se, com efeito, da existência de um aparente défice crítico em relação ao islamismo que é adicionalmente potenciado por uma atitude francamente negativa e historicamente enraizada para com a cultura ocidental. Finalizando o capítulo, o autor procede a uma desmontagem do sistema de millet como modelo paradigmático (e utópico) de Estado multicultural, denunciando, entre outros erros, o anacronismo da retro projecção de um

corpo conceptual próprio da ciência política ocidental completamente estranho à realidade histórica em causa.

As similitudes discursivas e até ideológicas entre multiculturalismo e islamismo são aprofundadas no capítulo seguinte. Os antecedentes dessa aproximação levam o autor até Nietzsche e à colaboração activa entre os regimes nacional-socialista alemão e fascista italiano com governos árabes-muçulmanos coetâneos. O autor finda por deduzir a ressurgência de um processo de aproximação entre radicalismos, nomeadamente entre partidos europeus, quer de extrema-esquerda quer da extrema-direita, e movimentos islamitas. Mas as estratégias dos movimentos islamitas estendem-se outrossim ao uso da teologia, explorando pontos de contacto entre as tradições religiosas cristãs e islâmicas, e suavizando ou omitindo discrepâncias de fundo, à deturpação do conceito de «islamofobia» e à apropriação táctica dos valores ocidentais para fins de reislamização.

O quinto e penúltimo capítulo trata da representação ideológica multiculturalista do al-Andalus medieval (711-1492), onde se compendiam em traços largos as perspectivas historiográficas de Castro e de Olagüe que, conquanto historiograficamente ultrapassadas ou insustentáveis, ganharam particular relevância e aceitação entre os correligionários do multiculturalismo – exemplo da recente obra da autoria de Sardar e Davis – e certos grupos de muçulmanos imigrados. Estas e outras visões idealizadas e claramente orientadas do ponto de vista ideológico, incidindo também sobre o al-Andalus e a

jihād, são desmembradas e enfeitadas com recurso a literatura especializada, alertando-se para o risco que representam ao atribuir uma certa legitimidade às reivindicações de movimentos islamitas que vêem os territórios ibéricos como terra ocupada a recuperar.

A conclusão, encerrando o corpo do trabalho, cinge-se genericamente ao resumo das principais e parciais conclusões aduzidas ao longo do estudo, em busca de uma síntese integradora, advertindo especialmente para o risco representado pela convergência desestruturadora entre radicalismos políticos islâmicos e ocidentais no interior das sociedades de matriz civilizacional ocidental.

Segue-se, rematando a obra, um conjunto muito enriquecedor e pertinente de anexos que abordam diferentes matérias, com recurso alargado a extensas citações de documentos ou literatura especializada, desde a *sharī'a* (anexo 1), a *sunna* e os *ahadith* (anexo 2) ou a *jihād* (anexo 5), até diversos decretos jurídico-religiosos (*fatwa*; anexos 8-10) e a excertos da carta fundadora do Hamas (anexo 12). Este conjunto de anexos, para além de auxiliar a contextualização e o suporte de toda a informação tratada no corpo do trabalho, permite abrir uma janela suplementar à *forma mentis* islâmica.

#### **BALANÇO: VIRTUDES, LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS**

Posta esta dilatada resenha dos conteúdos da obra, cabe agora deixar algumas observações mais demoradas sobre diversos aspectos de cariz mais metodológico e conceptual. A abundância de citações e

remissões ao longo do texto, mau grado lhe confirmam amplo suporte, parece por vezes colaborar para a construção de um discurso muito próximo, nas suas linhas de investigação e visões interpretativas, da bibliografia – em que se estranha a ausência da referência aos estudos citados de Samir Khalil Samir –, apagando um pouco a individualidade e originalidade do estudo. O seu principal mérito talvez resida na abertura consistente de um campo de exploração na ciência política nacional para uma temática até então na penumbra. Os principais desenvolvimentos da obra caracterizam-se, portanto, pelo esforço de síntese, especialmente visível na conclusão, que carece em certa medida de rasgo interpretativo, quase circunscrita à reunião das principais conclusões ou informes expostos ao longo do trabalho. A discussão das potencialidades e limitações do multiculturalismo e sua conexão com o islamismo poderia ter sido desenvolvida, considerando a relevância atribuída ao plano social, com aportações da esfera da psicologia social, dado o carácter estruturante de fenómenos como o preconceito e o estereótipo, consequência de processos de construção identitária e dinâmicas inerentes à sua existência social. É perceptível desde a introdução um esforço muito relevante no sentido da desarticulação de lugares-comuns, falácias ou simples paralogismos discursivos cuja ocorrência parte, não raro, da literatura especializada ou dela se estende. É reconhecida a necessidade de apreensão de um contexto ideológico que se rege por estruturas conceptuais e modos de representação da realidade diferentes dos

ocidentais de acordo com as suas próprias coordenadas.

Isto, todavia, sem que o próprio autor deixe de incorrer na reprodução de algumas dessas imprecisões, nomeadamente no que respeita ao uso problemático ou impróprio dos termos «rito» (e.g., pp. 82 e 116) e «clérigo» (p. 49). O primeiro deles, visando exprimir o árabe *madhhab*, deveria ser preterido em favor da expressão «escolas teológico-jurídicas», adiante usada pelo autor (pp. 193 e 294). O termo *madhhab* designa genericamente modos específicos de interpretação das fontes normativo-religiosas do Islão e o seu produto, extravasando a dimensão puramente jurídica ou ritual que o vocábulo «rito» lhe atribui de forma redutora.

No que respeita ao termo «clérigo», a sua aplicação à realidade iraniana é pertinente, dado o protagonismo político e institucional da hierarquia religiosa, não deixando, contudo, de revestir essa realidade de contornos ocidentais. Apesar das similitudes com a realidade institucional católica, não existe propriamente ordenação sacramental nem sacerdócio no Islão: na generalidade do mundo islâmico, não existe uma tal instância necessária de mediação entre as esferas humana e divina, o que poderia ter sido assinalado.

De notar também, a par da preocupação pela desmontagem de ideias preconcebidas e simplificações abusivas, a opção transversal de contextualização histórica das problemáticas abordadas, o esforço de enquadramento personalizado de cada uma, amiúde reforçado por notas de rodapé prolixas e pelos diversos anexos já mencionados. As notas de rodapé assumem fre-

quentemente, no entanto, uma extensão desmesurada e o seu conteúdo poderia eventualmente ter enriquecido directamente o corpo do trabalho ou os anexos.

De registar ainda a não uniformização das citações de textos (nem sempre traduzidas), a não vernacularização integral de alguns estrangeirismos (*e.g.*, *kizilbaxes*), casos de hifenização aparentemente desnecessária (*e.g.*, *socialismo-comunista*) e a persistência do galicismo «Corão», em detrimento do vocábulo português «Alcorão», tudo isto apesar de manifestas preocupações de consentaneidade com a estrutura lexical portuguesa (p. 167, n. 2). Deveria ter sido preferida a tradução do

Alcorão de José Pedro Machado, em detrimento da edição da SPORPRESS utilizada pelo autor. A liberdade frequentemente tomada nesta tradução leva a distorções significativas de conteúdo, caso do v. 2:105 (não utilizado pelo autor), cuja tradução nega o sustentáculo alcorânico de referência para a teoria da ab-rogação (*nāsikh wa mansūkh*).

Aguardar-se-ão próximos estudos em que o autor possa aprofundar a sua visão sobre a temática do islamismo e do multiculturalismo e alargar o espaço de reflexão nacional sobre tais temáticas, com eventuais desenvolvimentos sobre os contextos balcânico e turco. **RI**